

POR UMA NOVA DEFINIÇÃO PROFISSIONAL DO AGRÔNOMO: A CONTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS VOLTADAS PARA A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL²⁷

Jalcione Almeida²⁸

Este texto apresenta um conjunto de idéias mais ou menos sistematizadas sobre o tema da redefinição profissional do agrônomo e da contribuição que pode ser dada neste sentido pelo grupo de disciplinas do eixo temático "ciências sociais", especialmente aquela que propomos no currículo de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Aproveitamos a discussão aberta com a reformulação do atual currículo da Faculdade de Agronomia (UFRGS) para propor uma nova disciplina substitutiva àquela de "Extensão Rural".

1. O Contexto Onde se Dá (Pretende) a Mudança²⁹

No quadro de transformações recentes das histórias agrárias dos países mais desenvolvidos e no caso brasileiro, algumas reações sociais antes apenas esboçadas, assumiram maior presença social nos últimos quinze anos, em vários domínios, impulsionadas pela constatação crescentemente consensual do esgotamento de um padrão técnico comumente identificado com a "agricultura moderna". Tais reações, nos países do capitalismo avançado, têm motivado não apenas grupos de agricultores que passaram a reorientar a sua atividade produtiva, mas também as instituições de pesquisa, extensão e, igualmente, as ações governamentais, pressionadas por visível insatisfação em face dos resultados sociais e ambientais deste padrão intensivo. Como resultado, estes últimos anos têm experimentado uma rápida disseminação de iniciativas, que buscam concretizar alternativas tecnológicas a este padrão "convencional". São propostas fundadas em princípios de formação de renda e de elevação da produtividade geral da atividade agrícola, mas simultaneamente assentadas em princípios de uso dos recursos e de

²⁷ Texto apresentado no "1 Encontro sobre Ensino de Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável da Região Sul", dias 25 e 26.04.1996, em Santa Maria, evento promovido pelo Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural/Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria. Não consideramos as idéias aqui expressas como estando acabadas, prontas. O debate e a crítica são fundamentais. Portanto, toda colaboração nesse sentido será bem-vinda.

²⁸ Professor da Faculdade de Agronomia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFRGS). Doutor em Sociologia.

²⁹ Texto auxiliar: "Carta de Princípios" do Programa Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Agosto de 1995, mimeo.

organização do trabalho rural que configuram uma outra compreensão tecnológica, nos anos mais recentes normalmente associada ao conceito de uma "agricultura sustentável". Nestes países, assim, o que aparenta gradualmente constituir-se em um novo paradigma tecnológico para o desenvolvimento rural encontra hoje fortes apoios institucionais, em ações governamentais e, também, em outras esferas, adentrando até mesmo o campo dos rituais científicos de investigação, aos poucos ampliando-se de forma a poder contrapor-se, com irrepreensível legitimação acadêmica, aos modelos ainda vigentes.

No Brasil, no mesmo período, estas mudanças também têm sido aceleradas, embora com óbvios contornos sociais e econômicos distintos. Mesmo assim, em que pese o grau de desigualdade econômica prevalecente e a premência da resolução de necessidades materiais para ambos segmentos populacionais, gradualmente tem também tomado corpo a necessidade de avançar em relação ao padrão instalado na década de 1970. Buscam-se outras formas de produção que não prescindam dos requerimentos de alta eficiência produtiva e econômica, mas assegurem maiores níveis de renda aos produtores (particularmente os agricultores familiares) e que, preservando e renovando os recursos naturais, em vista de uma nova organização dos sistemas produtivos, igualmente criem novas alternativas para o desenvolvimento rural.

Tais esforços, impulsionados inicialmente por profissionais das ditas "ciências agrárias" normalmente vinculados a associações e entidades não-governamentais, a partir do final dos anos 70, têm mais recentemente produzido os seus frutos, compondo hoje um extenso rol de novas técnicas que um crescente número de produtores tem aos poucos passado a adotar. Em meados da década passada um amplo debate sobre um novo padrão tecnológico na agricultura acabou por se consolidar, aproveitando a liberalização política do país e a criação de espaços inovadores em favor da disseminação desse debate, produzindo não apenas novos aderentes, mas principalmente resultados produtivos. Destaque-se, neste sentido, as mudanças de orientação impulsionadas pela EMBRAPA neste anos, por mais tímidas que sejam para alguns, apoiando um processo de reestruturação interna que é provavelmente inédito, especialmente se comparado às experiências institucionais de outros países. O mesmo se pode dizer para o repensar da assistência técnica e extensão rural no âmbito do Rio Grande do Sul, ainda que de forma incipiente. Quanto ao ensino das "ciências agrárias", em especial na Faculdade de Agronomia da UFRGS, é muito pequeno ainda o interesse despertado para tal temática.

A região Sul do Brasil (destacando-se o Estado do Rio Grande do Sul), neste contexto, tem notoriamente experimentado tais mudanças, notabilizando-se, nestes anos, por variadas ações que marcaram, muitas vezes, as análises e as ações propostas. Não caberia aqui detalhar tantos fatos e situações sociais, bastando talvez ressaltar a importância, para o restante do país, dos

primeiros movimentos sociais de cunho ecológico-ambientalista na região (com forte presença de profissionais das “ciências agrárias”); a formação de várias entidades não-governamentais proponentes de novos formatos de produção para o mundo rural, ao longo destes anos; a sensibilidade talvez mais acentuada dos governos e agências públicas nestes Estados para este novo quadro de demandas, formalizando novos “espaços institucionais”; iniciativas de legislação como a “lei de agrotóxicos” sancionada ainda na primeira parte da década passada e seguida, nos anos finais da década, por uma longa lista de iniciativas municipais que consagram nas novas leis orgânicas dispositivos variados que, de fato, indicam a necessidade de mudanças produtivas no meio rural; o impulso trazido pela emergência de vários movimentos sociais rurais na região, que gradualmente se acercaram da chamada “questão da produção”, internalizando demandas neste campo; e, mais recentemente, a concretização da *I Conferência Internacional “Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável”*, que no seu rastro acabou por instituir o *Programa Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, através da participação de seis organizações governamentais e não-governamentais, a saber: UFRGS, EMBRAPA, EMATER/RS, FEPAGRO, REDE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS/SUL (Rede TA/Sul) e PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.

O interesse em se voltar para temas como este remete-nos aos fatores sucintamente indicados. Não apenas existem atualmente, em muitos países, mudanças de real importância - social e institucional, nos campos da pesquisa, do ensino e da extensão rural - a criar enfoques novos para o desenvolvimento tecnológico para a agricultura, mas também uma crescente pressão social demandando transformações. Em países desenvolvidos, procura-se em especial criar condições de sustentabilidade produtiva, principalmente pelo ângulo ambiental, que não prejudiquem o potencial futuro de seus recursos e, em países mais pobres como o Brasil, registra-se adicionalmente a demanda de um desenvolvimento rural socialmente mais equitativo e economicamente mais apropriado.

Explicitamente, a importância da mudança de enfoque no contexto de um trabalho de ensino, pesquisa e de extensão da Faculdade de Agronomia da UFRGS reside na identificação, discussão e avaliação de novas metodologias de assistência técnica e extensão rural que estão sendo elaboradas, ainda que pouco sistematizadas, a partir de um enfoque de agricultura, o qual tenta dimensionar a prestação de serviços neste campo de ação governamental, contrapondo-se às práticas tradicionais ainda implementadas por setores da extensão “oficial”, práticas estas que já

mostraram seus limites³⁰. Com isso, novas metodologias de extensão rural, associadas por exemplo ao requisito prévio da organização dos produtores, poderão estimular rapidamente a adesão aos formatos tecnológicos propostos, além de contribuir também para a ampliação da representação social no meio rural, requisito básico à democratização da vida social nestes ambientes sociais. Acreditamos que a Faculdade de Agronomia da UFRGS poderá, no médio prazo, transformar-se em um "locus" divulgador de uma nova proposição de ensino, de pesquisa e de assistência técnica e extensão rural, aproveitando a contribuição de diferentes atores sociais, inclusive aqueles que compõem o seu quadro funcional (pesquisadores e/ou professores) com suas pesquisas e reflexões³¹.

2. Pressupostos Gerais e Fundamentais da "Nova" Ação Profissional

Entendemos que o agrônomo deve ter uma formação voltada para o desenvolvimento rural, ou seja, este profissional deve ser capaz de assessorar grupos sociais afim de que os mesmos concretizem seus projetos de desenvolvimento. Para tanto, deve compreender a dinâmica da realidade rural, definindo com os grupos sociais projetos de desenvolvimento adaptados às suas condições sócio-culturais, econômicas e ambientais.

Este profissional, portanto, deve estar apto a contribuir para a construção de um *novo padrão de desenvolvimento rural*, sustentável em sua dimensão ambiental e produtiva, economicamente eficiente e, sobretudo, socialmente equitativo. Este novo modo de desenvolvimento deve adicionar ao rol de demandas sociais as transformações históricas (também hoje em curso) que caracterizam a modernidade em regimes sociais do mundo capitalista avançado, desenvolvendo, de um lado, uma base técnica sustentável nas atividades produtivas agrícolas, configurando o que neste final de século apresenta-se como contemporâneo (ou realmente "moderno"). Tal se coloca em contraposição ao padrão típico do pós-guerra, corriqueiramente intitulado de "convencional", "produtivista" ou "agroquímico", normalmente associado aos ditames da chamada "Revolução Verde" e erroneamente identificado como "novo", mas hoje virtualmente esgotado, pois baseia-se em falsas premissas de uso de recursos.

³⁰ A Extensão Rural surgiu como uma metodologia para o rural, com a finalidade de criar conceitos, hipóteses e elaborar teorias, mas apenas como uma metodologia necessária para dar vazão a um conjunto de pressupostos originados nas Ciências Sociais, especialmente em disciplinas como a Economia e a Sociologia.

³¹ Entre tantas contribuições, é importante levar em consideração o que propõe Demo (1996a), através do conceito de "educar pela pesquisa".

A formação do agrônomo, “agente do desenvolvimento”, deve portanto contemplar três grandes áreas³²:

a) o conhecimento da dinâmica da agricultura e da sua relação com a sociedade em geral, a partir da observação concreta e do uso de referenciais teóricos e metodológicos adequados;

b) a competência técnica, entendida no saber buscar respostas aos problemas, inserindo-se no contexto onde estes se manifestam (contexto ambiental, social, cultural e político-econômico) e na evolução deste contexto, isto é, em nível da exploração agrícola bem como do local, da região, do contexto nacional e internacional e das cadeias agroalimentares;

c) a postura de educador, isto é, não considerar o agricultor como o objeto mais ou menos passivo da ação do agrônomo, mas sim um ator do seu próprio desenvolvimento. Esta ação educativa é concebida como: (a) estímulo à definição e ao esclarecimento do problema pelo grupo com o qual este profissional trabalha; e (b) contribuição na emergência do projeto deste grupo e em sua transformação em ação de desenvolvimento, a partir de uma reflexão conjunta (técnico↔grupo).

Para esse “novo” agrônomo, um certo número de *atributos* são, no entanto, necessários:

a) conhecimento técnico, sabendo trazer soluções possíveis para os problemas técnicos (“saber-fazer”);

b) capacidade de compreender a evolução dos agroecossistemas, a dinâmica das forças produtivas e de situar a ação levada no seu contexto (delimitar o campo de atuação);

c) compreensão global e integrada dos sistemas de produção, isto é, com a compreensão da coerência dos sistemas de produção e os objetivos e processos de decisão dos agricultores; e a compreensão das diferentes dimensões deste sistema (análise da diversidade, meio natural, social, cultural e econômico) e dos fenômenos que intervêm na produção, assim como das interações entre estes;

d) capacidade de situar-se na realidade e de integrar suas evoluções:

- situar-se dentro da heterogeneidade de casos possíveis (meio natural, social, cultural e político-econômico);

- capacidade de adaptação e inserção;

- flexibilidade e capacidade de inovação;

- abertura às transformações (evolução sócio-econômica, cultural e técnica);

³² Aproveitamos, aqui, a contribuição da Unijui, através de algumas idéias manifestadas no “O perfil do profissional proposto pela Unijui”, s.d. mimeo.

- abertura ao mundo não-agrícola: conceber o rural como uma dimensão para além do agrícola;

e) atividade de pedagogo, desenvolvendo uma boa capacidade de escuta, tendo um certo domínio da comunicação e da dinâmica de grupos e conhecendo os princípios e métodos educativos.

Para adquirir estes atributos e atingir este perfil, a questão do *método* é fundamental: o profissional deve ter uma visão crítica e um rigor metodológico em sua ação. Ou seja, deve ter:

- raciocínio lógico e coerente;
- capacidade de análise crítica;
- capacidade de avaliar e incluir-se na ação;
- capacidade de distanciamento do contexto para definir com clareza o problema; e
- capacidade de compreensão e sistematização do conhecimento.

Quanto ao método propriamente dito, deve-se privilegiar o enfoque sistêmico (muito discursado e pouco praticado até o momento), sendo a atividade agrícola vista e analisada na sua totalidade, nela interagindo componentes biológicos, técnicos, culturais, sociais, econômicos, éticos e políticos. Este enfoque deve se contrapor àquele clássico de estudo por produto e/ou disciplina. A base do enfoque sistêmico reside na visão integrada, interdependente, multidisciplinar e complementar entre o solo, a vida animal e vegetal e a atividade humana. Só o homem é capaz de desenvolver atividades conscientes que incorram em grandes alterações no estado natural da relação solo/planta/animal. Portanto, deve fazê-lo ciente dos prejuízos ou melhorias que pode causar aos sistemas. Nesta perspectiva, o conceito e a dinâmica de *agroecossistemas* são fundamentais.

O campo de atuação do agrônomo é muito vasto. Fica claro então que uma formação, mesmo que de nível superior, não pode lhe dar todos os conhecimentos necessários à sua prática. Por isso, é importante acrescentar aos últimos itens: capacidade de buscar informações e capacidade de adquirir, no momento adequado, os conhecimentos que necessita.

A formação deve incentivar e capacitar o profissional para trabalhar *prioritariamente* (não exclusivamente) com a agricultura familiar, constituindo-se em uma verdadeira linha estratégica de desenvolvimento rural³³. A agricultura familiar é a forma social de uso da terra que melhor responde à noção de sustentabilidade técnico-produtiva, coerente com as novas propostas de

³³ O debate em torno da temática da agricultura familiar é muito intenso e profícuo. A literatura produzida nas ciências sociais e, em menor volume, nas "ciências agrárias", já é bem extensa. Não é aqui o espaço para discutir com maior profundidade e teoricamente esta noção e suas implicações. Gostaríamos, no entanto, de salientar que agricultura familiar não pode ser confundida com agricultura de subsistência, mesmo que, em alguns casos, aquela englobe esta.

desenvolvimento que se quer. Esta atividade deve influenciar na reorientação do conjunto das políticas públicas, objetivando eliminar os obstáculos (de toda ordem) à expansão e ao fortalecimento deste tipo de agricultura.

3. A Contribuição de uma Disciplina Voltada à Problemática do Desenvolvimento Rural

Tentando ser coerente com o que já foi proposto, pensamos uma nova estrutura de princípios e conteúdos para a disciplina de "Extensão Rural" da Faculdade de Agronomia da UFRGS. Esta disciplina, durante praticamente todas as décadas de 70 e 80, teve em seu conteúdo programático temas considerados clássicos da extensão rural, seguindo mais ou menos a risca o ideário difusionista clássico americano proposto desde as origens dos "serviços de extensão rural" no Brasil. Um exemplo emblemático desse conteúdo é apresentado a seguir.

Conteúdo Programático Difusionista

Disciplina: "Extensão Rural"

Créditos: 04

Semestre curricular: 11º

Objetivos:

- Possibilitar conhecimentos extensionistas aos futuros engenheiros agrônomos, visando à elevação do nível de vida das propriedades rurais e ao bem-estar rural.

Conteúdo:

- Fundamentos, princípios e histórico da extensão rural*
 - O papel da extensão rural*
 - Conceito, definição e objetivos*
 - Filosofia da extensão rural*
 - História da extensão rural nos EUA e no Brasil*
 - O serviço de extensão rural brasileiro*
- Planejamento de programa do escritório local*
 - Programa de extensão: conceitos e definições*
 - Tipos e características de programas*
 - Plano de trabalho*
 - Programa do escritório local*
 - Seleção de problemas*
- Metodologia da extensão rural*
 - Importância da comunicação para a extensão rural*
 - Comunicação pesquisador-público*
 - Processo da comunicação*
 - Recursos audiovisuais*

- Métodos de extensão rural: informações, classificação e conceituação

Com o ingresso no quadro docente da Faculdade de Agronomia/UFRGS, em agosto de 1995, começamos a repensar essa disciplina. Foi elaborado, então, um outro conteúdo

programático, dentro de uma perspectiva de “transição negociada” com o conjunto da Faculdade, procurando atender outros temas da problemática do desenvolvimento rural sem no entanto abandonar, de todo, aqueles temas mais propriamente relacionados à extensão rural clássica. Assim, depois de dois semestres, esse conteúdo programático ficou estruturado como segue.³⁴

Conteúdo Programático da “Transição Negociada”

Disciplina: “Desenvolvimento e Extensão Rural”³⁵

Créditos: 04

Semestre curricular: 11º

Objetivos:

- Conhecer o debate atual, suas principais questões e enfoques relacionados aos processos de educação rural e da geração de tecnologias, sempre relacionando-os criticamente às “ciências agrárias”;
- Conhecer e analisar as condições e instituições de propagação de tecnologias agrícolas, bem como o seu relacionamento com os diferentes “atores” sociais rurais;
- Discutir o futuro e as bases para um nova extensão e um novo modo de desenvolvimento rural.

Conteúdo:

- Marcos teóricos do desenvolvimento rural e modelos de extensão rural;
- História, origem e evolução da extensão rural;
- A extensão rural no Brasil e no Mundo;
- O modelo difusionista clássico de inovações tecnológicas;
- Pesquisa agrícola, promoção e adaptação de tecnologias;
- O trabalho da Emater e o repensar da extensão rural;
- A abordagem de sistemas de produção;
- Desenvolvimento e experimentação/adaptação de tecnologias nas ONGs;
- Agricultura familiar e desenvolvimento rural;
- Cooperação associativismo e projetos de desenvolvimento rural;
- Agricultura e desenvolvimento rural sustentável
- Seminários:
 - Biotecnologias: problemas e soluções para o desenvolvimento rural;
 - Métodos e meios em comunicação rural;
 - Pesquisa, ensino e adaptação de tecnologias;
 - Qual tecnologia para os assentamentos e agricultores “em dificuldades” ?;
 - Trabalhos finais: discussão.
- Visitas a experiências.

Todavia, para ser fiel aos princípios gerais que expusemos no início, pensamos esta disciplina com outro nome e com um conteúdo idealizado, o qual apresentamos a seguir.

³⁴ Este conteúdo procurou estabelecer uma combinação lógica e coerente com os conteúdos programáticos das disciplinas “Ciência, Tecnologia e Agricultura” (4º semestre) e “Sociologia Rural” (7º semestre).

³⁵ Em aplicação efetiva a partir de 1995/2.

Esperamos que o processo já desencadeado de reformulação do currículo de Agronomia possa permitir, no curto prazo, a concretização desse novo conteúdo, que visualiza em um horizonte próximo novos objetivos e novas perspectivas para o ensino da Agronomia.

Conteúdo Programático Ideal

Disciplina: "Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade"

Créditos: 06

Semestre curricular: 8º

Objetivos gerais:

- Desenvolver atividades voltadas para a reflexão sobre as transformações da agricultura brasileira e sobre as concepções geradas em diferentes contextos acerca de seu papel, especialmente no que se refere às estruturas e sistemas produtivos agrícolas e agroindustriais, processos sociais, relações de poder, meio ambiente, desenvolvimento sustentável e estratégias e políticas do Estado para a agricultura;
- Analisar as dimensões dos processos sociais e as práticas referentes ao rural e a agricultura, a partir da concepção de "mundo rural"/agricultura como campo de relações sociais e de elaborações teóricas, políticas e técnicas e considerando as diferentes imagens, leituras e interpretações do rural e da agricultura como elementos formadores da sociedade.

Objetivos específicos:

- Proporcionar uma visão sistêmica dos agroecossistemas, ou seja, aquela perspectiva que considera as interações de todos os componentes biológicos, físicos e sócio-econômicos dos sistemas de produção e integre esses conhecimentos em nível local e regional;
- Fornecer fundamentos conceituais, critérios e parâmetros que permitam entender e propor soluções à problemática do desenvolvimento rural, dentro de um enfoque sistêmico;
- Propiciar um entendimento dos impactos sociais e ambientais, derivados da aplicação de postulados da agricultura "convencional", que enfatizam a produtividade a qualquer custo;
- Fornecer ferramentas básicas que permitam diagnosticar, desenvolver e avaliar diferentes agroecossistemas.

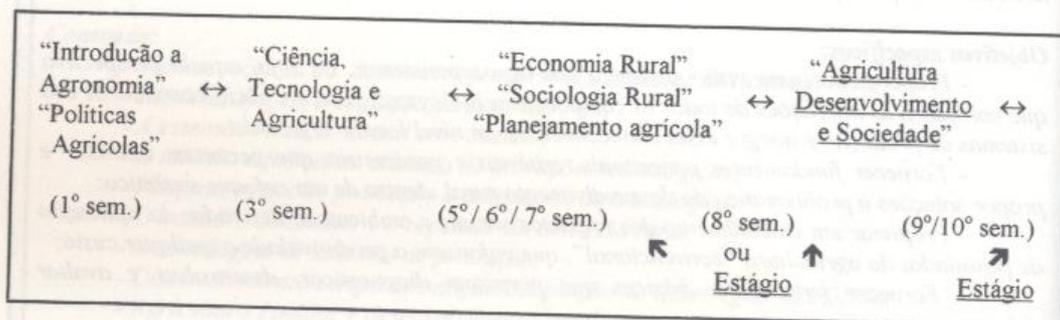
Conteúdo:

- Marcos teóricos do desenvolvimento; teorias e ideologias da transformação da agricultura;
- As "questões" social, ecológica e ambiental como determinantes de um novo desenvolvimento;
- Processos sociais agrários no Brasil contemporâneo;
- Pesquisa, ensino e adaptação tecnológica; nova interação pensando um novo desenvolvimento;
- Diagnóstico Rural Participativo: a abordagem sistêmica
- Estrutura, processos e dinâmica de agroecossistemas; metodologia de análise e avaliação de agroecossistemas;
- Práticas "diferentes" de produção agrícola, agroecologia e sustentabilidade: origens, conceitos, princípios e resultados;
- Agricultura familiar e desenvolvimento rural;
- Metodologias para a promoção do desenvolvimento rural: extensão rural "oficial", adaptação de tecnologias, planejamento participativo, ...

- Debates sobre agricultura (seminários):
- Agroecologia e agricultura "convencional";
- Sistemas "diferentes" de produção agrícola;
- O trabalho das ONGs na adaptação experimentação de tecnologias e organização da produção;
- Discussão dos trabalhos finais exigidos pela disciplina;
- Tópicos especiais (outros temas da atualidade);
- Visitas a experiências;
- Prática de diagnóstico rural (Convênio UFRGS Emater-RS PMPA).

Este conteúdo proposto deve ser compartilhado com outras disciplinas e professores no currículo de Agronomia, especialmente aquelas do eixo temático tal qual propomos a seguir, redistribuindo conteúdos de acordo com os objetivos de cada disciplina ³⁶:

Eixo temático "ciências sociais" - Currículo de Agronomia (UFRGS)



7. Considerações Finais

Por fim, convém salientar que a verdadeira mudança no perfil do profissional agrônomo não ocorrerá apenas com a reestruturação de uma ou duas disciplinas do currículo acadêmico. É de fundamental importância que o conjunto das disciplinas oferecidas aos estudantes de Agronomia comporte os princípios anteriormente discutidos. Para isso, é também necessário que professores, alunos e demais "atores" da agricultura e da sociedade sejam estimulados e possam manifestar

³⁶ Não se pode perder de vista a estratégia favorável, segundo Demo (1996b), para trabalhar uma unidade de conteúdos e/ou disciplina como esta, pelo "currículo intensivo": "ao invés de montar um curso através da organização horizontalizada das aulas disciplinas, pretendendo dominar conteúdos através da reprodução copiada, prefere-se a verticalização através da pesquisa, que permite atacar certos conteúdo e, garante-se sobretudo a habilidade metodológica de dar conta de qualquer conteúdo novo".

suas opiniões e compreensões neste debate, buscando novos rumos para a capacitação profissional.

Como consequência, este “processo” ao qual nos associamos deverá necessariamente fornecer novos subsídios para contribuir com a consolidação de um novo paradigma tecnológico que viabilize uma nova agricultura e um novo processo de adoção/adaptação de tecnologias. É no jogo de interação/complementação do ensino, da pesquisa e da extensão que este paradigma deverá ser consolidado.

Especialmente no que se refere à extensão, esta não deve ficar restrita ao ensino (e a prática) de uma disciplina, “guetificada” no interior da faculdade. Para bem desempenhar o papel ainda a ela atribuída enquanto um dos pilares sustentadores da universidade³⁷, a extensão deve ser pensada e praticada por todas as disciplinas e o conjunto do corpo docente e discente desta faculdade. Mas a extensão não deve ser qualquer coisa, algo que não seja estritamente curricular ou que se faça paralelamente ao currículo. Desta compreensão emerge uma dupla impropriedade, conforme Demo (1996b): “a extensão como algo fora do currículo e como qualquer coisa”.

Quanto ao enfoque sistêmico e a noção de sustentabilidade para a agricultura, por fim, devem unir os três principais segmentos participantes ou constituintes do processo de geração/promoção/adaptação de tecnologias em atividades compartilhadas. *O processo todo deve, porém, iniciar e terminar com o agricultor*. Pesquisador e extensionista passam a observar e detectar problemas conjuntamente e passam a ouvir o agricultor. A partir dessa tomada de conhecimento da realidade, pesquisa, ensino e extensão passarão a buscar as soluções para os problemas encontrados; a criação e consolidação de uma interface eficiente e duradoura entre elas e os agricultores é altamente desejada. Temos a firme convicção que nosso trabalho poderá contribuir, mesmo que modestamente, para a concretização desta interface desejada.

³⁷ Ver Demo (1996b) quanto à proposta de revisão da trilogia fundante da universidade (ensino-pesquisa-extensão) e a compreensão da “*pesquisa como princípio científico e educativo*”, tornando desnecessária a extensão, porque, estando a *prática* e a *cidadania* já implicadas na pesquisa, serão sempre intrinsecamente extensão.

8. Bibliografia Citada e de Base:

- ALMEIDA, Jalcione. "Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável". In: **PROGRAMA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**, *Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade, no prelo.
- DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 1996a.
- DEMO, Pedro. "Extensão: a má consciência da universidade". **Cadernos de Extensão Universitária**. Fórum de Pró-Reitores de Extensão de Universidades Públicas, ano 2, n.5, 1996b. pp.21-30.
- NUNES, Laércio N. de. "A contribuição da Embrapa aos desafios postos pela sociedade". In: **PROGRAMA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**, *Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade, no prelo.
- PROGRAMA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**. "Carta de Princípios". Porto Alegre: Agosto de 1995. mimeo.
- UNIVERSIDADE DE IJUÍ. **O perfil do profissional proposto pela Unijuí**. Ijuí: Unijuí, s.d. mimeo.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Perfil profissional do Engenheiro Agrônomo a ser formado pela Faculdade de Agronomia da UFRGS**. Porto Alegre: Comissão de Carreira, Faculdade de Agronomia, UFRGS, 1982.